

## O CONHECIMENTO E O PODER: DE QUEM É A PALAVRA. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA PARTICIPANTE

Rubens Camargo Ferreira Adorno\*  
Fabiola Zioni\*  
Fernando Lefèvre\*  
Maria Emilia Lino da Silva

---

ADORNO, R. C. F. et al. O conhecimento e o poder: de quem é a palavra. Relato de uma experiência de pesquisa participante. *Rev. Saúde públ.*, S. Paulo, 21:405-12, 1987.

**RESUMO:** Como parte de uma experiência de Pesquisa Participante levada a cabo no contexto do Projeto de Integração Docente-Assistencial Itapecerica da Serra, foi realizada uma primeira reunião envolvendo um Centro de Saúde e clubes de mães do Município de Itapecerica da Serra, SP (Brasil) e uma instituição de ensino e pesquisa. Com vistas a prevenir, desde o início da pesquisa, o poder daqueles que detêm o conhecimento acadêmico e técnico, frente à comunidade, foi adotada, nesta primeira reunião, um procedimento chamado "Estratégia do Silêncio". As relações de poder preexistentes na cultura e na sociedade foram discutidas pelos três grupos permitindo com isso uma primeira tomada de consciência do problema. Algumas considerações de ordem metodológica foram levantadas, especialmente no que concerne às oportunidades abertas pela pesquisa participante no que se refere às relações sujeito-objeto da pesquisa social, bem como no que toca aos resultados práticos (ou retornos) deste tipo de pesquisa.

**UNITERMOS:** Planejamento participativo. Pesquisa. Participação comunitária. Conhecimento. Dominação-subordinação.

---

### INTRODUÇÃO

#### Histórico

Desde o início de 1985, o Centro de Saúde Salvador Leone, do Município de Itapareira da Serra, Estado de São Paulo, vem se empenhando em desenvolver programa educativo integrado às lutas por melhorias coletivas na região.

Essa perspectiva de trabalho acabou por se concretizar junto ao movimento de mulheres organizadas em Clube de Mães nos vários bairros do Município. O movimento realizou vários encontros gerais sendo que no último, em março de 1986, optou por se integrar, prioritariamente, à luta pela construção de um hospital em Itapecerica.

A equipe técnica do Centro de Saúde Salvador Leone participava desse movimento com a preocupação de democratizar o conhecimento sobre saúde e estimular a discussão sobre as causas das doenças.

Dentro dessa perspectiva surgiu, em reuniões com docentes da Faculdade de Saúde Pública,

a proposta de realização de uma pesquisa participante que detectasse as condições de saúde da população, a situação dos serviços de saúde e estabelecesse as necessidades sentidas pela população relativas ao equipamento social direta ou indiretamente relacionado com a saúde.

#### A Construção do Conhecimento e a Construção da Cidadania

Notadamente a partir da década de 50 registra-se uma acentuada concentração populacional nas grandes cidades. Esta concentração — relacionada ao aprofundamento da divisão social do trabalho — provocou a "emergência de necessidades novas associadas a novos padrões de consumo que envolvem educação, transporte, atendimento médico... vividos pela população, especialmente a de origem rural recente, como 'melhoria de vida'. ." (Durham<sup>3</sup>).

No entanto, em virtude da própria concentração populacional e das características polí-

---

\* Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo — Av. Dr. Arnaldo, 715 — 01255 — São Paulo, SP — Brasil.

tico-sociais do Estado tais necessidades são marcadas por profunda inacessibilidade\* que poderia explicar os movimentos reivindicatórios por bens de consumo coletivo.

Durham<sup>3</sup> situa o ponto de encontro dos movimentos da população na constatação de carências comuns em torno das quais é constituído o grupo reivindicatório. Para a autora, o estilo de vida urbano (em uma sociedade de classes) levaria — na esfera pública — à despersonalização do indivíduo (vendedor de força de trabalho, usuário de equipamentos sociais) o qual somente seria reconhecido como sujeito na esfera íntima da família ou de outros grupos primários.

A vivência em movimentos que enfatizam a participação de todos, o consenso, a decisão coletiva, permitiria que ocorresse um processo novo: o da constituição de pessoas na esfera pública.

Esta constituição, que faz parte da construção da cidadania não se faz, contudo, espontaneamente. Ela é o resultado de um movimento organizado que pressupõe intenções diretoras, estratégia, reflexão e conhecimento.

No caso do grupo de mulheres de Itapeperica da Serra a necessidade de conhecimento acabou permitindo que emergisse como estratégia a pesquisa participante (na qualidade de modo de obter conhecimento) em função, dentre outras razões, de a região de Itapeperica da Serra estar incluída no Projeto de Integração Docente-Assistencial Itapeperica da Serra<sup>2</sup>, no qual a Faculdade de Saúde Pública, enquanto instituição consagrada à pesquisa e interessada no desenvolvimento de projetos de pesquisa participante, está envolvida.

### **O Problema: Prevenção das Relações de Poder**

Uma vez ultrapassada a fase de contatos — em que a equipe organizadora (Faculdade de Saúde Pública e Centro de Saúde Salvador Leone) discutiu a proposta de pesquisa participante nos clubes de mães de alguns bairros de Itapeperica da Serra — marcou-se uma primeira reunião geral do Projeto.

Durante reunião preparatória discutiu-se a dinâmica a ser adotada na reunião geral. O problema consistia em evitar (desde esta reu-

nião geral) o exercício do “Poder do Conhecimento”, possuído pelos sub-grupos acadêmico e do serviço, ou seja, os tradicionais “donos da palavra”. Tal exercício, parece claro, configura-se como incompatível com o espírito e os propósitos da pesquisa participante.

### **METODOLOGIA**

Partindo da hipótese de que, sem intervenção, a relação de poder via conhecimento se estabeleceria desde o início, no grupo, procurou-se uma técnica que ao mesmo tempo a denunciasses e a capitalizasse para o objetivo de substituí-la por uma relação mais democrática.

Adotou-se então um procedimento que denominamos “estratégia do silêncio”. Consistia, em resumo, em iniciar a reunião com uma declaração sucinta de seu objetivo — preparação conjunta da pesquisa — seguindo-se a apresentação dos componentes do grupo (ou seja, cada um dizendo seu nome, profissão e local de moradia), após o que não se diria mais nada, aguardando-se os movimentos dos representantes da comunidade.

A ansiedade assim criada pela ausência da palavra do “líder natural” poderia permitir o questionamento da relação entre o conhecimento e o poder.

A pauta da reunião — o início da parte da pesquisa em que a população participa ativamente — poderia então ser combinada num clima de igualdade ao invés de ser ensinada “ex-cátedra”.

### **Resultados: a Reunião-Transcrição Parcial e Comentários**

Após a apresentação dos participantes da reunião seguiu-se silêncio prolongado. Para fugir ao impasse Maria de Lourdes (Clube de Mães Parque Paraizo) conta que se machucou ao fritar um ovo. Muitos aproveitaram o “mote” e o silêncio é quebrado com considerações sobre o “ovo”.

#### *Autoridade*

Mas a questão volta a ser colocada por France (Clube de Mães Parque Paraizo)

“Todos apresentados. E agora?”

\* Agravada pela crise do início dos anos 80.

“Quem será que vai começar?” (novo silêncio) “Tem que vir de autoridade mais alta” (Lúcia, prof. — Clube Mães Itapeverica).

“Por que tem que começar com a autoridade mais alta?” (Fernando — Faculdade de Saúde Pública — FSP).

Para o grupo de mulheres, quem convocou a reunião deve se responsabilizar pelo início. Alguns participantes tentam localizar de onde (ou de quem) partiu a idéia da pesquisa. France lembra que a idéia surgiu a partir das discussões e lutas dos próprios bairros.

A lembrança cria um novo silêncio: o grupo de mulheres percebe que a responsabilidade é do próprio grupo. “E agora quem vai falar? Ai meu Deus” (Lúcia).

Uma vez explicitada a angústia, o próximo movimento parece ser o de fugir de novo:

“... É esse o interesse da gente... Nós estamos aqui para escutar vocês falarem alguma coisa” (Helena — prof. do J. S. Pedro).

“É! Nós estamos aqui para isso... Prá gente que tá de fora saber como lutar para melhorar os problemas de saúde, né. A gente tá lá fora então sentindo na pele como é difícil, né o filho da gente doente...” (France, Parque Paraizo).

A idéia de que alguém de fora, mais capacitado, pudesse fornecer subsídios, parece ficar cada vez mais clara no grupo de mães. A “autoridade” deveria abrir a reunião, tomar a palavra; deveria ser aquela que detivesse o conhecimento.

O grupo tangencia, assim, a idéia que se procurava trabalhar: conhecimento e poder.

“... Mas será que vai partir aqui da comunidade ou dos *senhores*, aí, não é? O senhor (referindo-se a Fernando) fez uma Faculdade, o senhor entende... Eu acho que tem as pessoas de nível mais elevado pra dar um impulso. né!! (Lúcia, Prof.<sup>a</sup> aposentada).

O grupo de mães continua a refletir sobre a questão. Surge a idéia que a autoridade não se apresenta tão absoluta. É possível tomar a palavra, ocupar o espaço vazio permitindo que o saber assumira outras dimensões.

“Eu acho assim, que as pessoas, e como a senhora colocou (para Lúcia, prof.<sup>a</sup> primária aposentada) de nível mais elevado, elas apenas

estudaram, né, e tem uma base do que é. Agora é a gente quem sofre o problema... eles estudaram, tem o conhecimento, agora a gente tem a prática, né, a convivência com os problemas” (France).

No entanto, o grupo parece não absorver totalmente a idéia. A referência ao conhecimento advindo da prática é oportuna porque permite escapar ao impasse, voltando-se ao tradicional, ao já vivido. Trazer um problema vivido pela população para debater com técnicos permite ao grupo voltar a uma situação menos desafiadora, mais conhecida:

“Agora eu vou levantar um problema aqui: tem uma fossa aberta aí num lugar muito perigoso...” (voz não reconhecida).

Depois deste “desvio”, Inês (C. S. Salvador Leone) coloca a questão para o grupo de mães.

“Vocês perceberam que aconteceu uma coisa, né?” (Inês).

“Ah. Sim” (France).

“O que aconteceu? O que você percebeu?” (Inês)

“Ah, eu percebi assim *que tudo tava parado. Eu vim aqui pra escutar o pessoal da Saúde Pública, né*” (France).

O grupo de mulheres desta vez coloca claramente seu objetivo: ouvir o pessoal da Saúde Pública o que pode significar, também: quem trabalha na Faculdade sabe mais e ensina (fala) para quem sabe menos (escuta).

A situação é trabalhada por Inês (C. S.), lembrando que a idéia que se pretende discutir (conhecimento/poder) ficou explicitada para um dos elementos do grupo de mães. Esta mesma pessoa justifica sua afirmativa:

“Eu acho que, né, hierarquia, eu acho que os de cima, às vezes têm uma palavra a mais para falar. Então a gente dá apoio, mas não quer dizer que a gente apóia em tudo” (Lúcia).

“De que hierarquia a senhora falou?” (Prof.<sup>a</sup> Emília — FSP).

“Ah! Mas não existe? Não existe uma classe a mais?... Nós fomos convidadas porque vinham umas pessoas de fora... então nós estamos esperando que essas pessoas tomem a dianteira”. (Lúcia).

“Eu acho o seguinte... as pessoas ficam esperando assim, por conta da criação: agora eu comecei a participar e converso muito com meu marido, ele acha que não tem nada a ver. Essas pessoas como você que fazem parte do C. S., da SABESP, essas coisas, apenas são uns funcionários, apenas estudaram mais que a gente. Então o povo fica esperando porque tá acostumado a ver que essas pessoas que são mais estudadas... e o pessoal fica com medo de falar e não saber falar... Porque a gente fala palavra errada, tem muito significado de palavra, então a gente tem medo de falar e de errar. No meu modo de ver é isso e acho que não tem nada a ver assim” (France).

A idéia parece avançada para o grupo; uma das falas volta às posições iniciais:

“No meu modo de ver tem alguns formados e estudantes que tem que explicar prá gente o problema da saúde... Nós não entendemos nada. Então vocês têm que explicar pra gente direitinho como é que funciona o Centro de Saúde, Hospital” (Lúcia).

Mas essa idéia parece não ser mais o consenso:

“A gente não tem coragem de chegar e falar, né. Essa é que é a verdade” (France).

#### *Conhecimento e Prática = Troca*

Depois da colocação sobre os aprendizados possibilitados no Clube de Mães, Fernando (FSP) pergunta:

“Então vocês estão pra aprender e a gente pra ensinar?”

“Eu não concordo com esta parte. Nós estamos aqui para fazer uma troca, né. Eu acho que nós estamos aqui prá, como ele falou de prática, né, e eu vou falar mais uma vez, nós estamos aqui para fazer uma troca. A gente tem a palavra sobre o que a gente sofre lá fora e vocês têm alguma coisa. Troca uma pela outra pra ver se as coisas melhoram. Eu acho assim” (France).

“Nós temos que aprender também? (Fernando).

“Mas tem tanta coisa!” (Lúcia).

“Mas nós não sabemos tudo?” (Fernando).

“O senhor entende de fazer comida?” (Lúcia).

“Não, nada” (Fernando).

“De lavar roupa?” (Lúcia).

“Mais ou menos” (Fernando).

“Mais ou menos (risos). Nós mulheres sabemos disso” (Lúcia).

“Eu crio um menino também. Não é hora de falar isso talvez” (Lúcia).

“Nós que vamos dizer pra senhora qual é a hora de falar?” (Fernando).

“Eu crio um menino carente que a irmã Melita levou na porta da minha casa...” (Lúcia).

“Então a senhora é autoridade em muitos assuntos (Fabiola).

“Eu também, eu acho que vou falar a respeito da minha rua” (voz não reconhecida).

...

...

“Eu acho que esse primeiro assunto daí é a, eu acho assim, por exemplo, perguntar pra gente de quem é a palavra... De quem é a palavra? A palavra é nossa e iniciamos a reunião? A palavra é de vocês? De quem é a palavra? (Rubens — FSP)

...

...

...

#### DISCUSSÃO

Na nossa sociedade, é mais ou menos difundido e aceito pelo senso comum, a relação existente entre o possuir conhecimento, o saber sobre algo e o poder. Mesmo se pensarmos em outros símbolos adquiridos através de objetos: o modo de vestir, o veículo, a habitação, o saber ocupa espaço importante na hierarquia que o senso comum constrói ordenando quem pode mais, ou quem pode menos. Este poder, diferentemente do poder político, ou do poder do Estado, embora na maior parte das vezes o legitime, coloca-se na esfera do cotidiano, na esfera das relações entre as pessoas e as instituições — entre elas a saúde, a educação, os serviços públicos. O “poder dizer sobre” está próximo do “prescrever para” o “outro” — e colocá-lo sob controle. Para o “outro” o poder está em usufruir desta relação com quem “pode”.

Este poder assume um caráter de controle da relação: assim é o poder que tem o fun-

cionário, o profissional que está do outro lado do guichê, do balcão, da mesa. Este é o dado cotidiano, que é relativizado ou reafirmado depois de qualquer crise existente nestas relações.

Além deste aspecto social do saber, que é o de estabelecer regras, hierarquia, há o aspecto técnico, programático, que é o conhecimento do *como fazer*: os profissionais são vistos — e grande parte das vezes podem corresponder a esta expectativa — como aqueles que detém o conhecimento de como resolver um determinado problema: como aquele que possui a fórmula para combater os males e com isto detém o destino do outro em suas mãos. Talvez nessa visão esteja a origem de grande parte das representações maniqueístas presentes na avaliação da população sobre os políticos e profissionais: aquele médico é bom, aquela pediatra é ruim, ou má — no sentido de que, apesar de poder fazer alguma coisa por mim, por algum interesse, ou impulso pessoal, deixa de fazê-lo, ou não quer fazer, para continuar tendo o poder. Daí também as representações da amizade, proteção ou vingança. A primeira é a de que eu posso, enquanto população, ter amizade, ou uma relação mais próxima com um profissional, amigo ou protetor; a segunda é a de que, se ele é ruim, posso dar queixa a um supervisor, ou ser fiel a um político, que amanhã no poder, vingará a mim.

O que é preciso resgatar, além da representação maniqueísta, é que políticos, profissionais e instituições, possuem, de fato, maior poder, informação e instrumentos concretos para manipular a vida da população.

O poder é, então, em sociedades como a nossa, a capacidade institucionalizada de manipular o outro<sup>6</sup>. E o saber acadêmico dos pesquisadores da universidade bem como o “saber fazer” da equipe técnica do Centro de Saúde é uma das formas em que este poder é exercido.

Como fazer face a uma tendência social desta natureza?

A proposta do grupo da FSP e do Centro de Saúde Salvador Leone foi a de marcar, desde o início, a pesquisa participante que está sendo levada a cabo como uma proposta questionadora da relação de poder, via conhecimento, entre as três instâncias nela envolvidas: a acadêmica, o serviço e a comunidade.

Mais precisamente, a idéia foi a de explicitar esta relação desde a primeira reunião conjunta entre as três instâncias e problematizá-la, levantando, através da “estratégia do silêncio”, a questão do poder com vistas ao estabelecimento, no correr de toda a pesquisa, de uma relação de troca entre as instâncias envolvidas.

A adoção da “estratégia do silêncio” mostrou ser um procedimento eficaz à medida em que permitiu a emergência de relações de poder subjacentes que, na qualidade de energia social implícita, teria grande possibilidade de, se não devidamente explicitadas, condicionar as relações entre as três instâncias na pesquisa, reproduzindo o padrão de poder prevalecente na nossa sociedade e na nossa cultura.

É evidente que a simples adoção desta estratégia e a conseqüente emersão, naquela circunstância, deste tipo de relações, não é suficiente para neutralizar nem muito menos resolver a questão do poder nas relações pesquisador-pesquisado. É óbvio que esta questão é muito mais profunda e que nenhuma técnica ou estratégia é capaz, de per si, de neutralizar ou resolver relações que são estruturalmente desiguais ou assimétricas.

A nossa pretensão foi simplesmente a de dar início à explicitação da questão do poder no processo de pesquisa participante, com vistas a favorecer, nesta, o prevalecimento de relações de troca entre as três instâncias envolvidas na pesquisa.

A adoção da estratégia do silêncio permitiu que a fala do dominado\* emergisse enquanto fala e enquanto fala do dominado.

Isto possibilitou, num primeiro momento, que o dominado tomasse consciência da sua

\* O termo *dominado* é usado neste trabalho em função do fato de já ser consagrado na literatura sociológica, política e pedagógica. Todavia, sua utilização traz alguns problemas. A situação dominada não deve ser entendida como condição permanente nem absoluta.

As relações pesquisador-detentor-do-conhecimento-acadêmico / pesquisado-detentor-do-conhecimento-vivencial são relações assimétricas, desiguais, mas a desigualdade não é evidentemente da mesma natureza da desigualdade, por exemplo: entre o capital e o trabalho.

Se não resta dúvida que estamos em face de uma contradição, esta, de acordo com a terminologia marxista, não é uma contradição antagônica<sup>1</sup> não devendo, em decorrência, ser tratada e enfrentada de modo que a hegemonia de um pólo implique a negação absoluta do outro.

situação. Esta consciência levou, por sua vez, a uma *reação imediata de auto-afirmação*: “a despeito de não sermos instruídos nós sabemos algo que eles (os acadêmicos e os do serviço) não sabem: nós conhecemos os problemas que estão em jogo na pesquisa de um modo que nos é próprio e exclusivo; nós o conhecemos *sob a modalidade da vivência*. Isto nos confere uma determinada parcela de poder na medida em que se trata de uma *forma própria de conhecer*.”

A consciência desta qualidade (conhecer sob a modalidade da vivência) permite que o dominado explicita e supere a limitação da sua fala canhestra e tosca (tomando como parâmetro a fala do pesquisador acadêmico).

Ele sente que pode falar, mesmo “mal”, porque a precariedade do *significante*<sup>5</sup> é reinterpretada como a forma correspondente (naquele momento) de um determinado *significado*<sup>5</sup>, que é valorizado.

A “estratégia do silêncio”, no contexto da pesquisa participante, permite problematizar a questão da fala em geral e resgatar a especificidade da fala do dominado, superando-se (a nível superficial, é certo) a relação, vivida pelo dominado em termos de falar “mal”/não falar — pensar “mal”/não pensar.

Superado o momento anterior ao silêncio, o dominado descobre que fala “mal” mas pensa bem. E pensa bem porque toma consciência da sua legitimidade como pessoa e categoria social, dona de um problema a ser conhecido e resolvido. A partir daí, a tendência forte é que a academia e o serviço retomem o controle do processo nestes termos:

“Agora que você descobriu que tem alguma coisa própria a fornecer (a sua vivência) para a pesquisa, nós, a academia e o serviço, vamos retomar a fala (é uma espécie de “ação de reintegração de posse da fala”) para dizer para você *quais os componentes da sua vivência que são pesquisáveis e como pesquisá-los*.

Se se adota esta posição, esgota-se aí (na opção por um universo temático: a classe de problemas que afetam diretamente a comunidade) a participação específica do dominado na pesquisa participante.

O processo passa doravante a ser (para o serviço e para a academia) uma pesquisa convencional feita com mão-de-obra da comunidade.

Para esta última, por sua vez, a pesquisa transforma-se em relação tradicional ensino-aprendizado, tornando-se técnica pedagógica com vistas a que ele, o “aluno”, aprenda a falar bem e organizar melhor o seu pensamento, em suma, aprenda a Conhecer. Lobo<sup>7</sup> refere-se a esta situação criticando os profissionais (acadêmicos e técnicos) envolvidos quando eles se limitam “a uma pedagogia da doação de si mesmos e de seu tempo disponível omitindo-se de uma intervenção e de uma troca do seu conhecimento”.

Para evitar isso, a pesquisa participante exige controle e vigilância constantes das três instâncias para que, durante todo o seu transcurso, possa estar garantida a participação específica do dominado na qualidade de representante do problema vivido.

O que quer dizer isto?

Neste ponto tocamos num aspecto decisivo que individualiza este trabalho e a pesquisa participante. De uma maneira bastante esquemática podemos dizer que, nas ciências sociais, há dois modos de se posicionar frente à relação: sujeito — que conhece o problema e objeto — que vive o problema.

No primeiro modo, o sujeito conhecedor sempre detém, de alguma forma, o monopólio do conhecimento.

Por mais estreitas e menos distantes que sejam as suas relações com o objeto, há sempre uma diferença de qualidade entre o objetivo do sujeito da pesquisa, que é conhecer, e a do objeto, que é viver.

Mesmo quando, na observação participante, o pesquisador antropólogo vai “viver” com o pesquisado, *viver*, neste contexto, não é uma condição existencial mas uma técnica de aproximação com vistas a poder conhecer mais profundamente a lógica interna ou a estrutura do objeto<sup>4</sup>.

Classicamente, na visão da sociologia fundada no materialismo histórico, quando se diz que se está procurando entender a sociedade *da perspectiva do proletariado*, está explícito que a ciência (resultante histórica do desenvolvimento do conhecimento humano) é o único modo válido de conhecer. E que a vivência do dominado necessita ser traduzida ou reinterpretada em termos científicos para adquirir o estatuto de “conhecimento, alavanca da transformação social”. Toda a obra de Lenin é muito explícita a este respeito.

A perspectiva aqui adotada, ou seja, o modo próprio de ver o problema da relação sujeito-objeto, considerando as possibilidades que oferece a pesquisa participante, não é nem essa, nem a visão ingênua e populista, em que o sujeito acadêmico abraça criticamente a condição de vida do dominado, dissolvendo-se ambos num mesmo empreendimento "humano": o ato de conhecer.

Parte-se aqui da idéia de que a vivência do problema na pesquisa participante é uma modalidade de conhecer e que a relação pesquisador acadêmico-pesquisado é uma contradição (não antagônica) entre sujeitos conhecedores: o sujeito acadêmico e o sujeito vivencial. E que o conhecimento vivencial não deve ser anulado ou superado (nem "adotado", no sentido de "ato de caridade epistemológica") em favor do conhecimento acadêmico mas que os dois devem ser vistos numa relação tensional, dialética. Esta tensão dialética, da qual todos na pesquisa participante devem estar conscientes, deve ser permanentemente mantida com vistas a que ela possa funcionar como força motriz que afete tanto o conhecimento científico quanto o vivencial.

O conhecimento (científico) afetado pelo vivencial e vice-versa, sem que um anule o outro e sem que os dois dissolvam-se numa unidade híbrida, implica (mantendo-se a diferença de qualidade entre um e outro) tornar, através da tensão dialética, mais real, porque mais vivido, o conhecimento acadêmico e tornar mais acadêmico, ou mais organizado, ou mais refletido, o conhecimento vivido.

Em uma palavra, a proposta em tela não é apenas que se desenvolva uma "pesquisa participante" mas também um "participar pesquisante".

Do ponto de vista da academia e do serviço, pesquisar junto e em tensão com o dominado deve significar *pesquisar melhor* no sentido de: a) aperfeiçoamento na metodologia científica de pesquisa; e b) aperfeiçoamento na relevância social e política da pesquisa.

Mais especificamente, na parte metodológica, a pesquisa participante deve representar um avanço no concernente à questão clássica (e não resolvida nas ciências sociais) da relação sujeito-objeto e, na parte da temática, representar uma novidade no que tange à questão (igualmente não resolvida) da relação da pesquisa com seus resultados, com suas consequências, com sua eficácia<sup>4</sup>, em uma palavra, no retorno, traduzível, direta ou indiretamente, numa melhora nas condições de vida da população.

Por outro lado, este avanço implica no objeto (no caso, a comunidade) deixar-se conhecer melhor, abrir-se para o conhecimento pelo sujeito acadêmico na medida em que são estabelecidos *vínculos* (também afetivos) entre os dois pólos da relação, em função de interesses políticos e pessoais convergentes. Neste momento, o objeto deixa de ser só objeto para transformar-se também (porque passa a ter *interesse* nisso) em sujeito do seu próprio conhecimento.

Parece claro, dentro desta perspectiva, que a pesquisa social do tipo participante oferece amplo terreno para reflexões e experiências visando o cotejamento e a interpenetração entre a situação e as técnicas vigentes na relação terapeuta-paciente na psicoterapia e a situação e as técnicas vigentes na relação pesquisador-pesquisado na situação de pesquisa social.

Do ponto de vista da comunidade, nada é possível dizer porque este é um trabalho acadêmico e trabalhos acadêmicos falam (quando falam) *sobre a* população, mas não devem falar *pela* população. Cometer este deslize, como diria Durham<sup>4</sup>, seria mais uma vez ressuscitar o velho mito platônico da República dos Sábios ou o menos velho — mas igualmente nefasto — mito leninista da "Vanguarda Científica do Proletariado".

A realidade é apenas conflito e ver ciência como solução é escrever, de novo, um mesmo mito.

---

ADORNO, R. C. F. et al. [Who has the right to speak: knowledge or power. Report of an experiment in participative research]. *Rev. Saúde públ.*, S. Paulo, 21:405-12, 1987.

**ABSTRACT:** As part of a participative research experiment carried out within the context of the Itapecerica da Serra Teaching and Services Program, a first preliminary meeting, which brought together a Health Center and associations of mothers of Itapecerica da Serra county, SP (Brazil) and an academic institution was held. In order to prevent the imposition of power relationships, by those who had academic and technical knowledge upon the community, a proceeding called "strategy of silence" was chosen for the aforementioned meeting. The power relationships pre-existent both in culture and society were discussed by the three groups in such a way as to make people aware of the problems. Some methodological considerations were raised, specially those related to the opportunities opened up by the participant research concerning the subject-object relationship in social research as well as the problems of output in this kind of research.

**UNITERMS:** Participative planning. Research. Consumer participation. Awareness. Dominance-subordination.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris, Maspero, 1965.
2. CARVALHO, L. F. Integração docente assistencial — Projeto Itapecerica da Serra. *Rev. paul. Hosp.*, 34(7/9):103-19, 1986.
3. DURHAM, E. A construção da cidadania: São Paulo. *Novos Est. CEBRAP*, 10:24-30, 1984.
4. DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, R., org. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 17-34.
5. ECO, U. *O Signo*. Lisboa, Presença, 1981.
6. LEBRUN, S. *O que é o poder*. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
7. LOBO, E. A pesquisa e a metodologia da educação para a saúde. São Paulo, Renov/PUC, s.d. [Mimeografado].

*Recebido para publicação em: 23/3/1987*  
*Aprovado para publicação em: 10/8/1987*